

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.263.865 - SP (2018/0054798-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : CONSTRUARC S/A CONSTRUÇÕES
ADVOGADOS : LUCIANO FELIX DO AMARAL E SILVA - SP143487
JULIANO REBELO MARQUES - SP159502
AGRAVADO : MINORU KODA
ADVOGADOS : ROBERTO MORTARI CARDILLO - SP021400
ROGÉRIO LICASTRO TORRES DE MELLO E OUTRO(S) - SP156617

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. ART. 1.022 DO NCPC. ERRO MATERIAL. OMISSÃO QUANTO À ANÁLISE DE TEMA RELEVANTE PARA O JULGAMENTO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. RETORNO DOS AUTOS PARA JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.

DECISÃO

MINORU KODA (MINORU) ajuizou ação de prestação de contas contra CONSTRUARC S/A CONSTRUÇÕES (CONSTRUARC), relativa à administração da sociedade em conta de participação.

Após a procedência do pedido na primeira fase, a sentença homologou os cálculos apresentados pela credora MINORU no montante de R\$ 411.411,64 (quatrocentos e onze mil, quatrocentos e onze reais e sessenta e quatro centavos), em razão do descumprimento da ordem de prestação de contas na forma contábil pela CONSTRUARC (e-STJ, fls. 298/300).

Interposta apelação por CONSTRUARC, o Tribunal de origem negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 375):

PRESTAÇÃO DE CONTAS - SEGUNDA FASE - IMPERTINÊNCIA DA DISCUSSÃO RELATIVA AO DEVER DE PRESTAR CONTAS - INVIABILIDADE DE RETORNAR, NA FASE SEGUINTE, AO EXAME DO QUE FOI VENCIDO NA OPORTUNIDADE ANTERIOR - SEGUNDA FASE EM QUE SE

APURA O "QUANTUM" DO DÉBITO OU DO CRÉDITO - AUSÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DE CONTAS PELA RÉ NA FORMA CONTÁBIL - IMPOSIÇÃO DO SALDO DEVEDOR AO RÉU - SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (e-STJ, fl. 376)

Os embargos de declaração opostos por CONSTRUARC foram rejeitados (e-STJ, fls. 381/385).

Inconformada, CONSTRUARC interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 915, § 3º, e 917 do CPC/73, 1.022 do NCPC e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que (1) o acórdão recorrido foi omissos quanto ao vício de forma dos cálculos da dívida apresentados pela MINORU, que não teriam observado o formato mercantil; (2) omissão a respeito do pedido de CONSTRUARC de realização de prova pericial contábil; (3) o acórdão contém erro material, na medida em que afirmou que CONSTRUARC não se manifestou a respeito das contas prestadas por MINORU, o que não condiziria com a realidade dos autos; e, no mérito; e, (4) os cálculos apresentados pela MINORU sem forma mercantil não poderiam ser homologados, sendo necessária a produção de perícia contábil.

MINORU ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 466/470).

Em juízo de admissibilidade, a presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre ante a ausência de ofensa ao art. 535 do CPC/73 e de demonstração de malferimento aos dispositivos legais, a incidência da Súmula nº 7 do STJ e a falta de demonstração analítica da divergência jurisprudencial. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 503/508).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso comporta parcial acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de

admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) (2) (3) Da violação do art. 1.022 do NCPC

CONSTRUARC sustentou a ocorrência de erro material, na medida em que a Corte de origem teria afirmado que CONSTRUARC não se manifestou quanto aos cálculos apresentados pela MINORU, o que não condiziria com a realidade dos autos.

Nesse ponto, da análise dos autos, é possível verificar que a alegação de erro material merece prosperar, visto que, após intimação para se manifestar acerca dos cálculos apresentados por MINORU, a CONSTRUARC protocolizou petição às fls. 294/297. Portanto, referida manifestação fora equivocadamente desconsiderada pelo acórdão recorrido.

De outro lado, CONSTRUARC alegou que o acórdão recorrido foi omissivo quanto às teses de que o autor MINORU não apresentou contas na forma mercantil e de que é necessária a produção de perícia contábil para aferir eventual saldo devido.

Da acurada análise dos autos, verifica-se que o Tribunal de origem manteve a sentença que homologou as contas prestadas pelo autor MINORU, em face da não prestação das contas por CONSTRUARC na forma devida.

No caso em apreço, o Tribunal de origem rejeitou os embargos de declaração, sem se pronunciar quanto à alegação de que os cálculos apresentados pela MINORU deixaram de observar o formato mercantil, como exigido pelo art. 917 do CPC/73. Também não se manifestou sobre a alegação de que seria necessário realizar perícia contábil para apurar o valor da dívida.

Assim, forçoso reconhecer que é relevante para o julgamento da lide a análise das teses de CONSTRUARC.

Merece acolhimento o recurso especial quanto à violação do art. 1.022

do NCPC, ficando prejudicadas as demais violações aduzidas no apelo nobre.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo, para **CONHECER PARCIALMENTE** do recurso especial e, nessa extensão, **DAR-LHE PROVIMENTO** para, reconhecendo a violação do art. 1.022 do NCPC, em face da omissão e erro material identificados, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que renove o julgamento dos embargos de declaração com suprimento das omissões apontadas.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de março de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator